



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso na cerimônia de assinatura de convênio entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Fazenda sobre defesa econômica

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 31 DE JANEIRO DE 1996

Senhor Embaixador Itamar Franco, meu Amigo, ex-Presidente da República, que veio aqui, para a nossa satisfação, presenciar este ato; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhor Ministro Jobim; Senhor Ministro Malan; Deputado Celso Russomano, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor no Congresso; Senhores Parlamentares; Senhor Aurélio Vander Bastos, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça e Presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos; Senhores Membros da Comissão Nacional Permanente de Defesa do Consumidor; Senhoras e Senhores;

Em primeiro lugar, quero externar a minha alegria por estarmos juntos aqui, hoje, e podermos assinar este convênio, que é simples, mas muito expressivo. E a alegria vem do fato de não só termos a possibilidade de ampliar a defesa do consumidor, mas de tê-la hoje ao lado do Presidente Itamar Franco.

Por que digo isso? Muitas razões. Mas há uma, em especial, e aqui, com a presença do Ministro Malan, fica reforçada: é que, com a introdução do Real, que foi feita no Governo Itamar Franco, e como o

Ministro Malan era o Presidente do Banco Central – eu já não era Ministro da Fazenda, quase não ajudei –, tivemos uma revolução no Brasil, assistimos a uma revolução branca no Brasil, que foi a retomada de consciência do valor das mercadorias.

A primeira preocupação nossa, naquela época, com a URV – que ninguém entendia muito bem, a começar do nome, que soava mal –, foi exatamente isso de voltar a fazer com que o consumidor brasileiro tivesse um padrão de avaliação, porque a inflação havia destruído a nossa capacidade de saber se alguma coisa é cara ou é barata. Não se tinha mais noção do caro e do barato. Não se tinha? Quer dizer, o consumidor não tinha, mas o especulador, o investidor mais competente, o que sabia lidar com as regras da inflação, esse tinha.

Então, o que nós víamos era uma imensa exploração da maioria do povo. A inflação cobria o fato de que este era um país muito injusto. E, quando foi possível, com o Real, restabelecer um padrão de comparação, com uma moeda mais estável – e a URV foi o primeiro passo para mostrar que existiria essa possibilidade –, o consumidor também passou a ter mais defesa, mais capacidade de perceber, racionalmente, o seu interesse.

Bem, isso não basta. Precisamos de instituições, de mecanismos de informação, em primeiro lugar, para que, realmente, o consumidor possa defender-se de maneira mais apropriada. Este convênio é um passo adiante nessa mesma direção, porque estamos juntando, aqui, o Cade, a Sunab, os Procons, enfim, um conjunto de instituições e dando mais poder fiscalizador e atuação mais rápida para quem reclame, em função dos seus direitos de consumidor.

Daí esse bonito título: Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (quando li isso aqui, quase tropecei na leitura...). Mas é verdade. São direitos difusos, e precisamos cuidar deles. E não são confusos, porque, hoje, existe uma medida que, através do Real, através da capacidade de equiparação, torna possível, então, transformar o consumidor em alguém que se defende e tem direitos, direitos que têm que ser exercidos.

Pouco a pouco, é dessa forma que a sociedade vai se tornando mais democrática e o mercado deixa de ser uma coisa abstrata para ser algo

mais concreto; em que a pessoa possa se situar nele, sem ser manejada cegamente por ele, passa a ter a informação que permita uma decisão mais racional, porque o pressuposto do mercado é que as pessoas tenham capacidade de decisão mais racional. Pressuposto abstrato, porque, na prática, elas não têm a informação nem a capacidade de analisar, nem o instrumento de medição, de aferição do funcionamento do mercado. Elas estão sendo – não vou usar uma palavra tão complicada –, indiretamente, embrulhadas e enganadas. E, numa sociedade democrática, nós tratamos é de desembrulhar, de não enganar, de tornar mais visíveis os processos, mais palpáveis, e darmos os instrumentos de informação para isso.

De modo que, na verdade, este ato significa isso. É um passo adiante, nesse processo, que é democratizador, um processo de transformar o mercado não em alguma coisa abstrata, de manipulação para interesses que não são do consumidor, nem da maioria da população, mas que passa a ser o instrumento, também, mais racional, para a própria população, que terá, então, como se situar nesse mercado sem ser enganada.

É claro que tudo isso tem que ter uma contrapartida, que é uma contrapartida de ação contra os abusos do poder econômico. E o pior abuso é aquele que nem chama a atenção. Por isso a inflação era uma tragédia, porque o abuso ficava escondido dentro dela, não chamava nem a atenção. Agora os abusos chamam mais a atenção e, por consequência, temos que atuar também criando os mecanismos que permitam seja possível contrabalançar, em benefício do consumidor, eventuais abusos que existam. Não é policialismo, que não resolve. É outra coisa: é informação e ação competente de defesa da cidadania.

De modo que eu só queria dizer essas breves palavras, agradecer a presença de todos e manifestar, mais uma vez, a alegria de este ato ter sido feito ao lado do Embaixador Itamar Franco.

Muito obrigado.